



São José dos Basílios - MA

DIÁRIO OFICIAL

Instituído pela Lei Municipal Nº 04 de 01 de Agosto de 2018



PODER EXECUTIVO

VOLUME 6, Nº 1142/2023, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2023 EDIÇÃO DE HOJE: 5 PÁGINAS

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

OUTRAS PUBLICAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 1

Lei 2

PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

OUTRAS PUBLICAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
181201/2023**

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	301003/2023
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	021/2023
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Planejamento e Gestão
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania
OBJETO:	Aquisição de vasilhame e fornecimento "in loco" de recarga de gás p-13 kg para atender diversas unidades do município de São José dos Basílios/MA.
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R\$ 308.400,00 (trezentos e oito mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	18 de Dezembro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	18 de Dezembro de 2024

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

NOME:	Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Planejamento e Gestão	CNPJ:	01.616.769/0001-00
LOGRADOURO:	Rua Juscelino Kubitschek, S/N	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	São José dos Basílios	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Saulo Rodrigues de Assis	CPF:	920.826.883-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL:	E. W. C. XAVIER	CPF/CNPJ:	21.706.962/0001-30
ENDEREÇO:	AVENIDA BERNARDO DE CASTRO, 65	BAIRRO:	AEROPORTO
CIDADE:	Lima Campos	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 98187-8181	E-MAIL:	aguaev75@gmail.com
REPRESENTANTE:	Eduardo Winicius Cassiano Xavier	CPF:	043.753.763-33

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP

Lote 01						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	R\$ Total
1	0 - Gás liquefeito de petróleo/GLP (Recarga de gás de cozinha), envasado em botijão de 13 kg , fornecido mediante troca de botijão vazio	-	und	2.500	R \$ 120,00	R \$ 300.000,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE						
Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Planejamento e Gestão						
Quantidade: 100,00 Valor Total: R\$ 12.000,00						
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura Quantidade: 1.600,00						
Valor Total: R\$ 192.000,00						
Secretaria de Saúde Quantidade: 700,00 Valor Total: R\$ 84.000,00						
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania Quantidade: 100,00						
Valor Total: R\$ 12.000,00						
Valor Total do Lote					R\$ 300.000,00	
Lote 02						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	R\$ Total



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.saojosedosbasilios.ma.gov.br>, código: DOM-13122023134

Documento assinado digitalmente e
 com carimbo de tempo.
 ISSN 2965-484X

1	0	-	-	und	30	R \$ 280,00	R \$ 8.400,00	
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração, Fazenda, Planejamento e Gestão Quantidade: 3,00 Valor Total: R\$ 840,00 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura Quantidade: 15,00 Valor Total: R\$ 4.200,00 Secretaria de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total: R\$ 2.800,00 Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania Quantidade: 2,00 Valor Total: R\$ 560,00								
Valor Total do Lote						R\$ 8.400,00		
Valor Total						R\$ 308.400,00		

São José dos Basílios - MA, 18 de dezembro de 2023

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	PELA BENEFICIÁRIA
Saulo Rodrigues de Assis Secretário municipal de administração, fazenda, planejamento e gestão Portaria - 021/2021	E. W. C. XAVIER CNPJ: 21.706.962/0001-30 Eduardo Winicius Cassiano Xavier CPF nº 043.753.763-33

OUTRAS PUBLICAÇÕES**LEI****LEI Nº 24/2023**

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPOE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 40 e 41 da Lei Orgânica do Município e artigo 20 do Regimento Interno, aprova e o Prefeito Municipal Sanciona o seguinte Projeto de Lei:

CONSIDERANDO, o estabelecido no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso lido § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a Informação pública pelo cidadão.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Regulamentar no âmbito do Poder Legislativo do Município de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, os procedimentos para a garantia do acesso ao cidadão às informações públicas.

Art. 2º - Os órgãos do poder Legislativo Municipal

assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à Informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 3º - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagens.

Parágrafo Único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 4º - Sujeitam-se ao disposto nesta Lei os Órgãos integrantes do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º - O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica aos casos de documentos sigilosos, como:

I - a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;

II - o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados;

Parágrafo Único. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas nos incisos, o acesso será permitido após a concordância do titular do órgão ou da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 6º - É dever dos órgãos do Poder Legislativo Municipal, sempre que possível independente de requerimento, a divulgação, em seu site, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observadas as normas de publicações e as exceções previstas nesta Lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Parágrafo Único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

CAPÍTULO IV
DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA
SEÇÃO I

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO- SIC FÍSICO (ATENDIMENTO PRESENCIAL) E DO E-SIC (ATENDIMENTO ELETRÔNICO)

Art. 7º - Ficam instituídos os Serviços de Informações ao Cidadão — SIC Físico (Atendimento Presencial) e e-SIC (Atendimento Eletrônico), no âmbito do Poder Legislativo Municipal que serão coordenados pela Secretaria Geral a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos e suas unidades na prestação deste serviço, devendo:

- I- Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II- Receber e registrar pedidos de acesso à informação;
- III- Encaminhar o pedido recebido ao órgão ou unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber e;



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.saojosedosbasilios.ma.gov.br>, código: DOM-13122023134

Documento assinado digitalmente e
com carimbo de tempo.
ISSN 2965-484X

IV- Informar sobre a tramitação de documentos.

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 8º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido através do SIC Físico (Atendimento Presencial) será apresentado por escrito, na Secretaria, localizada na sede da Câmara Municipal, em formulário padrão, disponibilizado no setor de Protocolo Geral.

§ 2º O pedido através do e-SIC (Atendimento Eletrônico) será efetuado no sítio eletrônico da Câmara Municipal www.cmsaojosedosbasilios.ma.gov.br, na aba Acesso à Informação, e-SIC (Atendimento Eletrônico).

§ 3º É facultada a apresentação de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 9º deste Ato.

§ 4º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido.

Art. 9º O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I- Nome do requerente;
- II- Número de documento de identificação válido;
- III- Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV- Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo Único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dano faltoso ou incompleto.

Art. 10º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I- Genéricos;
- II- Desproporcionais ou desarrazoados, ou
- III- Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviços de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo Único. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 11º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou unidade deverá, no prazo de até 20 dias (vinte) dias:

- I- Enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II- Comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III- Comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV- Indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou quem a detenha; ou
- V- Indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º o prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte) dias.

Art. 12º Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerimento quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 13º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, observado o prazo de resposta ao pedido, será disponibilizado ao requerente que arcará com os custos.

Parágrafo Único. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contando da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado de documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 14º - Negando o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I- Razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II- Possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

SEÇÃO IV

DOS RECURSOS

Art. 15º No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 16º Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I- Recusar-se a fornecer informação requerida dos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II- Utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III- Agir como dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
- IV- Divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido às informações previstas no art. 5º desta Lei.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17º Os órgãos do Poder Legislativo Municipal adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os



ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 18º - Fica a Secretaria Geral, responsável pela disponibilização da informação do local e horário de funcionamento do protocolo para o recebimento dos pedidos feitos por meio físico e da divulgação do endereço disponibilização do modelo de requerimento.

Art. 19º - Aplicam-se subsidiariamente as demais normas estabelecidas pela Lei

Federal nº 12.527/2011, aos procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 20º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, em 01 de dezembro de 2023.

MESA DIRETORA

FRANCILIO SILVA DOS SANTOS
(PRESIDENTE)

FRANCISCO EDINALDO SANTOS SILVA
(VICE-PRESIDENTE)

ANTÔNIO JOSÉ BARROZO DA SILVA
(1º SECRETÁRIO)

VALTEIR ARAÚJO DA SILVA
(2º SECRETÁRIO)





Diário Oficial do Município

Instituído pela Lei Municipal Nº 04 de 01 de Agosto de 2018

Rua João de Sousa, s/nº, Centro

São José dos Basílios – MA, CEP 65762-000

www.saojosedosbasilios.ma.gov.br

Creginaldo Rodrigues de Assis

Prefeito



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.saojosedosbasilios.ma.gov.br>, código: DOM-13122023134

Documento assinado digitalmente e
com carimbo de tempo.
ISSN 2965-484X